

**Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União,**

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, o Ministério Público junto ao TCU oferece

## **REPRESENTAÇÃO**

com vistas a que essa Corte de Contas proceda à adoção das medidas de sua competência necessárias a apurar possível ineficiência na prestação de serviço da concessionária Enel Distribuição São Paulo em face das recorrentes interrupções no fornecimento de energia elétrica em regiões de São Paulo.

- II -

As irregularidades foram denunciadas em diferentes veículos de informação, entre eles a Agência Brasil de informações, em 20/3/2024, nos termos que se seguem:

### **Centro de SP volta a enfrentar falta de energia**

Menos de um dia após ter a energia restabelecida pela concessionária Enel Distribuição São Paulo, moradores da Vila Buarque, no centro da capital paulista, voltaram hoje (20) a reclamar de falta de luz. O problema atinge também hospitais da região, como o Hospital Santa Isabel, da Rede D'Or, que está funcionando por meio de gerador.

**Gabinete do Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO**

Nas redes sociais, diversos moradores estão questionando a Enel. “Que palhaçada é essa que vocês estão aprontando? Moro na Vila Buarque, ficamos quase 24 horas sem energia, fora outros que estão até agora sem. Tivemos o retorno ontem às 9h e hoje caiu novamente”, escreveu uma pessoa no X (antigo Twitter). “Alô, Enel, sem energia de novo na Santa Isabel, Vila Buarque. Depois de 24 horas de descaso, voltou poucas horas e já caiu de novo?”, questionou outro, na mesma rede social.

A Agência Brasil procurou a concessionária para comentar sobre o novo episódio de falta de energia na região, mas ainda não obteve retorno.

Na última segunda-feira (18), moradores da Vila Buarque, Higienópolis, Santa Cecília e Consolação reclamaram sobre falta de energia na região, que atingiu comércios, escolas, residências e hospitais, como a Santa Casa.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, 35 mil pessoas foram atingidas. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, convocou o presidente da concessionária à sede do ministério, em Brasília, para prestar esclarecimentos.

O problema foi resolvido em parte ontem (19), quando a Enel confirmou que 95% dos consumidores dessas áreas já estavam com a energia restabelecida. Hoje, no entanto, a região voltou a enfrentar problemas.

### **Questões contratuais**

Na manhã desta quarta-feira (20), o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) anunciou a criação de um grupo de estudo para verificar questões contratuais da concessionária Enel, bem como prejuízos gerados pela interrupção no fornecimento de luz e atendimento ao consumidor.

Durante a sessão plenária desta quarta-feira, o conselheiro Eduardo Tuma, presidente do tribunal, explicou que “embora este seja um assunto tratado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), há um contrato com a cidade de São Paulo e o TCMSP deve atuar neste sentido”.

O Procon-SP também notificou a concessionária Enel-SP para que envie informações detalhadas sobre as diversas interrupções no fornecimento de energia elétrica que vêm ocorrendo na capital paulista desde a última sexta-feira (15), quando o Aeroporto de Congonhas precisou interromper suas operações. No sábado (16), a falta de energia foi relatada na região da Rua 25 de Março.

Por meio de nota, a Aneel informou à Agência Brasil “está acompanhando as últimas ocorrências na área de concessão da empresa e solicitou informações da Enel-SP para avaliar causas e impactos dos eventos mencionados”.

“Cabe ressaltar que a agência aplicou recentemente auto de infração na concessionária de R\$ 165 milhões em razão da resposta da empresa frente a eventos climáticos severos e que nos últimos 5 anos a Enel-SP foi multada em 321 milhões. Além das multas, as distribuidoras também são penalizadas com compensações na fatura do consumidor por descumprirem os limites de duração e frequência de interrupções estabelecidos pela Aneel. Em 2023, a Enel-SP pagou cerca de R\$ 105 milhões em

**Gabinete do Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO**

descontos na fatura para os consumidores por descumprir esses limites”, diz a nota da Aneel.

O mais grave apagão na cidade de São Paulo ocorreu no dia 3 de novembro do ano passado, quando 2,1 milhões de clientes da Enel ficaram sem energia elétrica na região metropolitana de São Paulo. Houve casos em que residências e estabelecimentos comerciais ficaram dias sem luz. Por causa disso, em fevereiro deste ano, a Enel foi multada em R\$ 165,8 milhões pela Aneel.<sup>1</sup>

Também segundo a Folha “A cidade de São Paulo enfrenta uma série de apagões desde o final do ano passado, sendo o mais grave registrado no início de novembro. Alguns bairros ficaram mais de 110 horas sem abastecimento após uma tempestade com ventos acima de 100 km/h ter derrubado dezenas de árvores sobre cabos de energia”.<sup>2</sup>

O último episódio ocorreu há 3 dias e afetou mais de 35 mil pessoas e levou inclusive o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a convocar o presidente da concessionária para prestar esclarecimentos. Além de levarem a Aneel, Procon-SP e TCMSP a atuarem no caso.

Interrupções no fornecimento de energia elétrica em qualquer cidade já causam enormes transtornos como problemas nos atendimentos em hospitais, clínicas, no comércio em geral e no trânsito, além de perdas de alimentos e outras dificuldades que são amplificadas quando a falta de energia ocorre em uma cidade como São Paulo capital.

A recorrência dessas interrupções de energia na capital de SP já foi inclusive levada a conhecimento deste Tribunal pelo atual prefeito da cidade, Ricardo Nunes, que, em 31/1/2024, veio “à sede do TCU em Brasília para pedir apoio ao presidente da Corte de Contas, Bruno Dantas, na fiscalização dos serviços prestados pela Enel na capital paulista e sugestões de estratégias para romper o contrato de concessão”, segundo o portal de notícias Poder360.<sup>3</sup>

Cumprir observar que as concessões de distribuição de energia são de competência federal e regulação das distribuidoras fica a cargo da Aneel e do Ministério de Minas e Energia (MME). Porém, a concessão da Enel em São Paulo vence em 2028, podendo ou não ser renovada.

**Conforme art. 6º da Lei 8987/95, “Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários,**

---

<sup>1</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/centro-de-sp-volta-enfrentar-falta-de-energia>

<sup>2</sup><https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/apagao-deixa-bairros-de-sao-paulo-sem-energia-nesta-segunda.shtml>

<sup>3</sup><https://www.poder360.com.br/energia/ricardo-nunes-pede-apoio-do-tcu-para-rescindir-concessao-da-enel/#:~:text=O%20contrato%20de%20concess%C3%A3o%20da,meses%20antes%20da%20data%20final.>

conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato”.

**A meu ver, as corriqueiras interrupções do serviço de fornecimento de energia por parte da Enel se opõem ao que se espera de um “serviço adequado” da concessionária.**

Essas constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica também **afrontam o princípio da continuidade nos serviços públicos**, que prevê que os serviços públicos não podem sofrer interrupções, ou seja, devem ser prestados em caráter de continuidade, salvo algumas exceções em casos específicos.

Com base nas informações acima apresentadas considero que a atuação da concessionária de serviços públicos Enel SP merece a apuração do Tribunal de Contas da União porque as corriqueiras interrupções no fornecimento de energia em São Paulo têm causado diversos transtornos e prejuízos à população afetada.

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, requer à Corte de Contas que adote as medidas de sua competência necessárias a:

- a) apurar possível ineficiência na prestação de serviço da concessionária Enel Distribuição São Paulo em face das constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica;
- b) encontradas irregularidades na atuação da concessionária, determinar a extinção da concessão, sem prejuízo de aplicação de outras sanções cabíveis;
- c) verificar possível atuação em parceria com os Tribunais de Contas do estado e do município, a critério do TCU.

Ministério Público, em 22 de março de 2024.

*[assinado eletronicamente]*  
**Lucas Rocha Furtado**  
Subprocurador-Geral